

O Desvio Metafórico^{1*}

Monroe C. Beardsley

*Tradução de Carlos André Fernandes
Revisão de L. H. Marques Segundo*

De todas as questões sobre a metáfora que interessam aos teóricos da literatura ou aos estetas, a principal – isto é, a primeira e fundamental – é, sem dúvidas: O que ela é? Dar uma explicação adequada da metáfora enquanto fenômeno linguístico, e que sirva como base para uma explicação enquanto fenômeno poético, é dizer o que é peculiar às expressões metafóricas, de que modo elas diferem de expressões literais, como as reconhecemos e como sabemos o que elas significam.

Não é fácil dizer exatamente quais são as questões sobre este problema. Há vários modos de se descrever a metáfora, alguns deles remontando a tempos antigos, que são tão familiares e com tanta confiança ecoaram de um escritor a outro que todas elas têm o ar de serem mais ou menos equivalentes. Mas há, acredito, uma distinção importante entre elas, e parte da minha intenção aqui é provocar uma cisão – separar as coisas mais claramente do que tem sido feito. Pretendo distinguir o que pode ser chamado de abordagem do objeto e abordagem da palavra para o problema da análise da metáfora.

Segundo uma dessas perspectivas, considerada amplamente, o modificador (como o

1 - * The Metaphorical Twist, publicado originalmente em *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 22, N°3 (Mar., 1962), pp. 293-307

chamo) na metáfora – por exemplo, a palavra “raivoso” em “O sol raivoso” – preserva seu papel designativo padrão ao entrar na metáfora e, portanto, continua nesse contexto a denotar os mesmos objetos que denota em contextos literais. Por conseguinte, a metáfora é uma comparação implícita, uma símile elíptica, e diz, com efeito, que o sol é como uma pessoa raivosa. A pessoa raivosa é referida, nesse contexto, assim como o sol – há dois objetos. A metáfora, como Johnson disse, “nos dá duas idéias ao invés de uma.” Mr. John Crowe Ransom classificou as metáforas como “Importadores” que introduzem “objetos estranhos” na “situação”²) – Acho que ele estava pensando naqueles importadores extravagantes de víveres exóticos, como trufas e abelhas cristalizadas. A metáfora, em sua perspectiva, arrasta um objeto estranho e impróprio para dentro do contexto (deleitándonos, diriam os teóricos do século dezoito, por seu charme e novidade), e, assim, acrescenta a ela a “textura local de irrelevância” que Ransom considera tão essencial à poesia.

Chamar-lhe-emos de Teoria da Metáfora da Comparação Objetual. Segundo sua rival, a Teoria da Oposição Verbal, nenhuma importação ou comparação ocorre de todo em todo, mas, ao invés, um feito especial da linguagem, ou um jogo verbal, envolvendo dois níveis de significado no próprio modificador. Quando um predicado é metaforicamente unido a um sujeito, ele perde sua extensão comum, pois adquire uma nova intensão – talvez uma intensão que não teria em nenhum outro contexto. E essa mudança de significado é forçada por tensões, ou oposições, inerentes à própria metáfora.

Proponho-me a oferecer razões para rejeitar a Teoria da Comparação Objetual tanto em sua forma geral quanto em sua forma especial recentemente oferecida. Em seguida explicarei mais pormenorizadamente a Teoria da Oposição Verbal, e a defenderei contra algumas possíveis objeções.

I

Admito, até certo ponto, que não importa se você fala acerca das metáforas no modo objetual ou no modo semântico. Mas até certo ponto. Suponha, pois, que a palavra “sarça” seja introduzida metaforicamente em certo contexto, como, digamos, em “East Coker” – a referência a

frígidos fogos do purgatório

2 - “William Wordsworth: Notes Toward an Understanding of Poetry,” *Kenyon Review*, XII (Summer 1950): pp. 498-519.

cujas chamas são rosas, e a fumaça sarças.³

Você pode começar a sua explicação tanto na linguagem-objeto (falando sobre as características das sarças) quanto na metalinguagem (falando sobre a conotação da *palavra* “sarça”). Você pode dizer, “As sarças têm a capacidade de arranhar as pessoas, retardar o seu progresso, ser transformadas em cachimbo,” e assim por diante. Ou você pode dizer, “A palavra ‘sarça’ conota propriedades como a de arranhar, retardar o progresso ser transformada em cachimbo,” e assim por diante. Contudo, embora esses dois modos de falar se sobreponham, uma vez que em parte a conotação da *palavra* deriva do que é comumente verdadeiro sobre os *objetos*, elas não coincidem completamente.

Pois as conotações são controladas não só pelas propriedades que os objetos efetivamente têm, mas por aquelas que amplamente acreditamos que possuem – ainda que a crença seja falsa. Este é então o meu primeiro argumento contra a Teoria da Comparação Objetual – uma adesão consistente a essa teoria produziria explicações incorretas e incompletas das metáforas em casos em que o modificador tivesse conotações, aplicáveis naquele contexto, que não fossem características acidentais comuns dos objetos denotados. Por exemplo, um dos importantes significados marginais de “sarças” no poema de Eliot vem, é claro, do modo como a coroa de espinhos aparece na narrativa cristã. E, completamente à parte de sua verdade histórica, a existência dessa religião é suficiente para dar à palavra esse significado. Se ao explicá-la nos limitarmos ao que sabemos sobre sarças, não a compreenderíamos completamente.

Meu segundo argumento contra a Teoria da Comparação |Objetual é que uma vez que nos comprometemos a encontrar, ou fornecer, um objeto para ser comparado ao sujeito da metáfora (isto é, nos termos de I. A. Richards, um “veículo” que o fará avançar) abrimos o caminho para esse fluxo de imagens idiossincráticas que é uma das sérias barreiras entre um leitor e um poema. Considere um exemplo também discutido por Mr. Ransom, a passagem sobre a adaga de Brutus no discurso de Antônio:

Observai com cuidado como sangue de César o seguiu,
Como querendo vir para a porta, a fim de convencer-se
Se era Brutus, realmente, quem batia por modo tão grosseiro

3 - T. S. Eliot, *Four Quarters*, New York: Harcourt, Brace, 1953, p. 16.

(III, ii, 178). Ransom fala da “mudança” do teor (o sangue) para um “criado” abrindo a porta, sendo tal criado o veículo.⁴ Não há, obviamente, qualquer criado nessa passagem, não mais que há um chefe de família rudemente despertado ou um agricultor em apuros a ser alarmado por Paul Revere. De onde vem o criado? A terminologia teor-veículo, com seu pressuposto subjacente que a metáfora deve ser uma comparação, instiga o explicador a inventar, onde ele não pode encontrar um veículo, e, assim, obtermos o criado. Mas “querendo vir para a porta” não é exatamente sinônimo de “o criado querendo vir para fora”, como fora aplicado ao sangue de César. E esse é o primeiro significado para o qual o teórico dá atenção, sem qualquer significado maior importado – uma boa descrição – arbitrariamente. Citando uma metáfora característica de Samuel Johnson, “O tempo é, de todos os modos de existência, o mais servil à imaginação,” William K. Wimsatt, Jr., nota, “Não precisamos imaginar o Tempo como um servo curvando-se a seu mestre, a Imaginação.”⁵

Meu terceiro argumento contra a Teoria da Comparação Objetual é que ela tende a conduzir à infeliz doutrina da “adequação.” Se uma metáfora é uma comparação, é possível perguntar se a comparação é “adequada” ou “inadequada.” Vemos isso no quarto tipo de mau gosto de Aristóteles, sua objeção à expressão de Górgias, “eventos que são frescos e repletos de sangue.”⁶ Se tomarmos as palavras de Macbeth, (II, iii),

suas adagas

monstruosamente cobertas com sangue

está comparando o sangue das adagas e pernas cobertas, e, se investigarmos sua adequação, estaríamos propensos a dizer, como o crítico do século dezenove citado por Cleanth Brooks,⁷ que Shakespeare “nos enjoa com a sua tentativa de comparação.” Mas a pergunta correta é o que *se quer dizer* por essas palavras - quais propriedades são atribuídas a adagas através do significado marginal do atributo metafórico. Não importa no momento se adagas ensangüentadas em geral são mais bem descritas assim; a pergunta é: o que aprendemos dessa descrição sobre *essas* adagas e seu papel na estória completa – ou sobre o

4 - “Poetry: I. The Formal Analysis; II. The Final Cause,” *Kenyon Review*, IX (Summer 1947): 436-56, (Autumm 1947): pp. 640-58.

5 - *The Prose Style of Samuel Johnson*, New Haven: Yale University Press, 1941 (Yale Studies in English, Vol. 94), p. 66.

6 - Lane Cooper, trans., *The Rhetoric of Aristotle*, New York: Appleton, 1932, p. 192.

7 - *The Well Wrought Urn*, New York: Reynal and Hitchcock, 1947, p. 29. The New Variorum Edition, ed. H. H. Furness, 5th ed., Philadelphia: Lippincott, 1915, pp. 160-61, mostra divertidamente o que um quebra-cabeça lanciante teria sido para os teóricos Shakesperianos.

falante que a descreveu desse modo.

Dito de modo mais geral: Suponha que o poeta comente, “A minha amada é o meu Schopenhauer.” Na Teoria Comparativista, perguntaríamos o que a sua amada e Schopenhauer têm em comum. Mas não *conhecemos* a sua amada, e, por isso, como podemos responder a essa pergunta até que ele nos diga, pela própria metáfora, como ela é? A pergunta correta é: quais os possíveis significados “Schopenhauer” pode atribuir à amada, e que não são excluídas pelo contexto.

II

A minha objeção geral à Teoria da Comparação Objetual aplica-se, acredito, com força semelhante à forma muito interessante dessa teoria que foi oferecida por Paul Henle: a Teoria Icônica do Significado.⁸ O Sr. Henle atualmente parece sustentar ambas as teorias às quais me referi. A sua versão da Teoria da Oposição Verbal, contudo, é descrita em termos da resposta do leitor – sua “surpresa” no “conflito de significado.”⁹ Prefiro apresentar a teoria, não como uma teoria sobre o efeito da metáfora, mas como uma teoria acerca da estrutura lingüística que causa o efeito – sobre o “conflito de significado” em si. O Sr. Henle disse pouco sobre isso, e ele não explica sua relação com sua outra, e principal, teoria – de fato, ele não diz por que deveria haver qualquer surpresa, ou conflito, se a outra está correta.

O Sr. Henle sustenta que “há um elemento icônico na metáfora,” e propõe analisar as atribuições metafóricas em termos do conceito de signos icônicos. Em seu exemplo extraído de Keats, “pensamentos de ódio envolvem minha alma na escuridão,” ele diz haver duas relações: primeiro, a palavra “envolver” designa certa ação – “envolvimento em um manto.” Segundo, essa ação passa a ser um signo icônico de escuridão.¹⁰ “Em uma metáfora alguns termos simbolizam o ícone e outros simbolizam o que é iconizado.”¹¹

Podemos começar por perguntar como o manto entra nessa explicação. A Teoria Icônica parece importar um objeto estranho de algum tipo – como o criado na caso do

8 - Paul Henle, em seu capítulo sobre metáfora em, Ed., *Language, Thought, and Culture*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1958, ch. 7, tem um desenvolvimento e também uma modificação se sua primeira perspectiva brevemente definida diante de seu discurso Presidencial para a Divisão Ocidental da American Philosophical Association, “The Problem of Meaning,” in *Proceedings and Address of the American Philosophical Association*, 1953-54, Vol. XXVIII, Yellow Springs: Antioch Press, 1954.

9 - *Language, Thought, and Culture*, pp. 182-83.

10 - *Ibid.*, pp. 177-79.

11 - *Ibid.*, p. 181.

Sr. Ransom – e isso enfrenta dificuldades na teoria da importação. O Sr. Henlen aceitou ainda a doutrina da “conveniência” que, como sugeri, a Teoria Comparativista, ao menos, torna atraente. Assim, ele diz que “não teria falado de pensamento de ódio *capturando* a alma na escuridão,” porque armadilhas “são todas mordazes, com as bordas definidas, e isso prejudica a correspondência com a escuridão.”¹² Talvez eu não devesse insistir tanto nessa observação, mas devo dizer que tal se generaliza num princípio crítico ainda mais surpreendente. Em meu entender, penso que o problema de se mantas e armadilhas são melhores signos icônicos de escuridão é uma questão completamente irrespondível, e, felizmente, não necessita de ser respondida. Se o falante no poema tivesse sido preso na escuridão, ao invés de envolto nela, simplesmente algo diferente teria sido dito sobre ele, e sobre como ele se sentiu, e veio assim a se sentir – o que poderia ter feito um poema pior, ou melhor, dependendo de diversas outras coisas.

O Sr. Henle cita um dos exemplos de Aristóteles sobre o modo pelo qual “analogias proporcionais” podem ser invertidas: podemos dizer uma coisa ou outra, ou que o escudo é a taça de Ares, ou a taça é o escudo de Dionísio.¹³ “Que tal inversão seja possível, certamente, é uma consequência do caráter icônico da metáfora,” diz o Sr. Henle.¹⁴ E talvez isso se siga de alguma Teoria da Comparação Objetual, pois, se A pode ser comparado a B, por que B não pode ser comparado a A? E um enunciado de semelhança é equivalente à sua própria conversa. Mas, se isso se segue, então é uma objeção fatal à teoria. Ora, o Sr. Henle percebeu que há uma dificuldade, e por isso ele diz que embora as metáforas sejam sempre reversíveis, às vezes o “tom sentimental é diferente.” Não acredito que seja assim: a diferença entre “este homem é um leão” e “aquele leão é um homem”¹⁵ está naquilo que os diferentes modificadores metafóricos atribuem aos dois objetos. Na Teoria da Oposição Verbal não se segue que porque A é metaforicamente B, B é, portanto, metaforicamente A. Essa é exatamente a diferença entre uma metáfora e a analogia proporcional de Aristóteles, ou um símile relacional – ainda que Aristóteles pensasse que a diferença não fosse grande. E certamente a Teoria da Oposição Verbal está correta sobre essa consequência, enquanto que a Teoria Icônica, se implica que ao chamar homens de leões e leões de homens estamos em ambos os casos atribuindo a mesma propriedade, é claramente falsa.

Há outra objeção que pode, penso eu, ser justamente levantada contra a Teoria Icônica do Significado. Dever-se-ia contar como um mérito numa teoria da metáfora a

12 - *Ibid.*, p. 180.

13 - Lane Cooper, trans., *op. cit.*, p. 193.

14 - Henle, *op. cit.*, p. 190.

15 - Eu uso seu exemplo, mas não sua explicação, de R. P. Blackmur, "Notes on Four Categories in Criticism," *Sewanee Review*, LIV (October 1946): PP. 576-89. Seria, a propósito, interessante ouvir uma defesa da reversibilidade de Ezra Pound em seu "Your mind and you are our Sargasso sea."

sua capacidade de analisar a metáfora nos mesmos termos que faria com os oximoros. Isso ajuda na economia da teoria, e encaixa com as afinidades evidentemente profundas entre esses dois tipos de locuções. Ora, a Teoria Icônica é um tanto deficiente aqui, pois não parece funcionar bem para oximoros. Em “choro mudo” (se isso pode ser tomado como um exemplo), deveríamos dizer que uma pessoa muda foi feita de signo icônico de algo que não é mudo: a falta de som tornou-se um signo de som. Isso não é muito convincente. A verdade parece ser, ao invés, que no oximoro temos o arquétipo, a forma mais aparente e intensa da oposição verbal.

III

Se nos voltarmos aos objetos referidos por uma metáfora, e considerarmos os significados das palavras em si, deveríamos procurar pela metaforicidade da metáfora, por assim dizer, em algum tipo de conflito que está ausente na expressão literal. Uma direção na qual esse conflito tem sido procurado pode prontamente ser dada como sem saída, assim me parece. Essa abordagem contrasta o significado da expressão em si e a idéia na mente do falante (ou autor). Chamar A de B metaforicamente, nessa perspectiva, é dizer que A é um B sem significá-lo – a metáfora é uma forma de ironia.¹⁶ Apela-se aqui implicitamente à intenção, e a teoria sofre de todo o mal associado a essa noção. Não decidimos que uma palavra em um poema é usada metaforicamente porque sabemos o que o poeta estava pensando; ao invés, sabemos o que ele estava pensando porque vemos que a palavra é usada metaforicamente. As pistas para esse fato têm de estar de alguma maneira no próprio poema, ou raramente seríamos capazes de ler poesia.

Há uma alusão de uma perspectiva similar na excelente abordagem à metáfora no livro recente de Isabel Hungerland.¹⁷ Na metáfora, ela diz, “Tem de haver algum ponto determinável no desvio ou violação do uso comum – dito de outro modo, a violação tem de ser deliberada.” A Sra. Hungerland disse uma vez que a segunda cláusula aqui foi inadvertida; mentionei-a apenas para enfatizar que as duas cláusulas estão certamente longe de serem

16 - Anthony Nemetz, em um artigo recente, “Metaphor: The Daedalus of Discourse,” *Thought*, XXXIII (Autumn 1958): pp. 417-42, baseia seu argumento sobre a fórmula que “uma metáfora consiste de duas partes: 1. O que é dito; 2. O que se entende” (419); a questão é, então, qual é a relação entre elas? Mas essa formulação recebe a investigação na direção errada. Uma metáfora é um “enunciado” como uma expressão literal é: Podemos dizer coisas ou literalmente ou metaforicamente, e em ambos os casos só se poder ser entendido à medida do que podemos dizer. Em uma observação sarcástica, o que é sugerido é oposto do que é afirmado, mas se não deixarmos a palavra “enunciado” abranger tudo, estamos certos de pensar que interpretar a observação é um processo de procurar por uma intenção escondida por trás.

17 - *Poetic Discourse*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1958 (University of California Publications in Philosophy, No. 33), pp. 108 – 110.

equivalentes, pois metáforas acidentais ou não intencionais são perfeitamente possíveis.¹⁸

A oposição que torna metafórica uma expressão está, então, no interior da estrutura do próprio significado. A característica central da Teoria da Oposição verbal eu já expus em outro lugar,¹⁹ mas eu gostaria de recapitulá-la brevemente aqui. Nessa versão, eu disse que a possibilidade da performance metafórica – as oportunidades que uma língua viva apresenta para brincar com o significado neste modo particular – depende de uma diferença notada entre dois conjuntos de propriedades na intensão, ou significado, de um termo geral: primeiro, essas propriedades que (ao menos em um dado tipo de contexto) são tomadas como condições necessárias para a aplicação correta do termo em um sentido particular (essas são as propriedades definidoras, ou designadas, ou o significado central do termo nesse tipo de contexto); segundo, essas propriedades que pertencem ao significado marginal do termo, ou (no sentido da palavra do crítico literário) sua conotação – propriedades que um falante pode, em um contexto apropriado, mostrar que atribui a um objeto por meio do uso desse termo sem pretender seguir uma regra que não aplicaria ao termo para esse tipo de objeto caso não tivesse essa propriedade. Eu disse que quando um termo é combinado com outros de modo que haveria uma oposição lógica entre seu significado central e o significado dos outros termos, ocorreria uma mudança do significado central para o significado marginal que nos mostraria que a palavra tem de ser entendida de forma metafórica. Este é o único modo em que ela pode ser tomada sem absurdidade. O termo “oposição lógica” aqui inclui tanto a incompatibilidade direta das propriedades designadas quanto a incompatibilidade indireta entre as pressuposições dos termos – como quando nosso conceito de sol exclui a possibilidade do comportamento voluntário que é pressuposto pelo termo “raivoso”. A oposição lógica é o que dá ao modificador o seu desvio metafórico.

Uma atribuição metafórica, então, inclui dois ingredientes: uma distinção semântica entre dois níveis de significado, e uma oposição lógica em um nível. Desse modo, não há problemas de “raivoso”, em um contexto metafórico, denotar uma pessoa raivosa e introduzi-la com o propósito de comparação; o preço a se pagar pela admissão desse contexto é que sua função ali é para significar somente suas características conotadas.

Assim é a Simples Teoria da Oposição Verbal como eu a tenho definido, e parece-me estar correta até aqui. Isto é, acredito que o fenômeno descrito, a mudança da designação para a conotação, ocorre de fato. Mas receio que não seja o bastante. Penso que algo mais

18 - Veja Walker Percy, “Metaphor as Mistake” *Sewanee Review*, LXVI (Winter 1958): pp. 79 – 99. Percy mostra de maneira interessante como pode haver “erros que... resultaram em uma experiência estética poética” (80). No entanto, ele parece também enfraquece no fim, quando diz “que a autoridade e a intenção de Nomear, é o elemento essencial do significado da situação” (93).

19 - Veja *Aesthetics: Problems in the Philosophy of Criticism*, New York: Harcourt, Brace, 1958, Ch. III.

importante também ocorre em pelo menos algumas metáforas.²⁰ E para explicá-la, temos de fazer (ou tornar mais explícito do que na primeira versão) duas distinções.

As conotações de uma palavra para objetos de certo tipo, acordar-se-á, são extraídas do conjunto total de propriedades acidentais encontradas ou atribuídas em tais objetos. Chamemos esse conjunto de propriedades acidentais de *âmbito de conotação potencial* da palavra. Em um dado momento da história da palavra, contudo, nem todas essas propriedades terão sido usadas. Pense, por exemplo, em um número de propriedades características das árvores, embora não necessariamente presente em todas: ter folhas, fazer sombra, ter raiz, ser alta, ser fina, ter casca, ser flexível no vento, força, e assim por diante. Algumas dessas, tais como ter folhas, fazer sombra, ser alta, estão claramente dentre as conotações reconhecidas de “árvore,” sendo prontamente evocadas em metáforas familiares. Elas podem ser chamadas de *conotações principais*. Outras propriedades, tais como talvez ser fina e ter casca, não parecem ser conotações principais, embora possam ser suficientemente características das árvores e estar disponível no âmbito de conotação potencial. Elas podem esperar, por assim dizer, ocultas na natureza das coisas, pela realização – aguardando serem capturadas por pela palavra “árvore” como parte do seu significado em algum contexto futuro.

A primeira distinção, pois, é entre dois conjuntos de propriedades acidentais – não é uma distinção nítida, nem uma distinção que possa sempre ser lapidada com confiança, mas ainda assim objetivamente determinável. A segunda distinção é entre dois tipos de metáfora – e está sujeita a qualificações similares.

Suponha que comecemos por dividir as metáforas em duas classes. Tentemos colocar na Classe I, metáforas como “sol sorridente” e “a lua espiando atrás de uma nuvem.” Note que não são metáforas mortas – esse não é o problema aqui São metáforas vivas, mas de alguma maneira elas são diferentes daquelas que poderíamos por na Classe II: “o sol raivoso,” “sol rebelde,” “sol fiel,” “lua inconstante.” Reconhecemos, parece seguro dizer, que as metáforas na Classe II são mais interessantes que aquelas na Classe I – que não é dizer, é claro, que elas são melhores em todo contexto poético. Mas qual é a diferença?

Ora, nos termos da Teoria Simples da Oposição Verbal, algo pode ser dito em explicação. As metáforas da Classe II são mais complexas do que as da Classe I. Elas parecem dizer mais sobre o objeto. Assim, enquanto descrição, elas são mais precisas, mais penetrantes. Falar do sol como “sorridente” é pressupor um amplo contraste com um sol que não obteve

²⁰ - A parte que é nova (para mim) na minha explicação de agora da metáfora não me ocorreu após, e à luz de, os artigos de Mr. Henle e Mrs Hungerland, que foram meus colegas de simpósio quando o presente artigo, em uma forma diferente, foi lido perante o 17th encontro anual da American Society for Aesthetics, Cincinnati, Ohio, Oct. 29-31, 1959. As críticas de Mr. Henle à Teoria da Oposição-verbal como incapaz de explicar o elemento de novidade presente no significado metafórico, e a discussão que se seguiu dos artigos, deixou-me a presente linha de pensamento.

sucesso em sorrir, talvez, ou que está nervoso e está a pino sobre o deserto. Mas falar do sol como “bravio” é pressupor uma distinção clara entre essa qualidade e outras qualidades concebidas com especificidade comparável: obediência, pontualidade, deferência para com seus desejos. Ora, a Teoria da Oposição Verbal, mesmo em sua forma simples, permite graus de complexidade, e por isso, talvez, ela possa, pelo menos parcialmente, explicar a diferença entre as duas classes. Contudo, parece haver algo mais a ser dito.

É neste ponto que nos deparamos com um problema um tanto complicado. Pois, uma sugestão que parece demasiadamente óbvia, é esta: as metáforas da Classe I são triviais e banais; as da Classe II são estimulantes e novas. Se há verdade nesta descrição, então ela só pode ser alcançada e mantida por meio de manobras hábeis em torno de algo pouco profundo e ilusório. Em primeiro lugar penso que não temos de supor que isso seja uma questão de mera repetição. Talvez “sol sorridente” tenha sido muito mais dito que “lua inconstante,” mas ainda que estivéssemos a repetir a expressão de *Romeu e Julieta* um sem número de vezes até que estivéssemos cansados disso, e, por conseguinte, não estivéssemos em posição de prestar atenção ao seu significado, isso apenas não a tornaria trivial. Em todo caso, se ser trivial é uma noção que diz respeito à frequência, então não é ela o que faz a diferença aqui. No entanto, em segundo lugar, a natureza de uma metáfora particular não pode ser inteiramente independente de seu período na história da literatura Inglesa. Pois, o que ela significa, ou pode querer dizer, em um dado momento deve depender, até certo ponto, em que outros contextos as palavras apareceram, e que expressões análogas ou paralelas existem nessa língua.

IV

Suponhamos que quando a metáfora “a lua inconstante” foi formulada pela primeira vez em português, foi a primeira vez que “inconstante” fora usada metaforicamente – ou, pelo menos, a primeira vez que foi aplicada a um objeto inanimado. (Isso certamente não impede a possibilidade de poder ter sido aplicada originalmente a *apenas* objetos inanimados, digamos, ao seu movimento rotacional; se em algum momento ela veio a ter o significado psicológico ou comportamental, como seu significado primário, então podemos falar do primeiro uso metafórico após esse período). Neste momento a palavra “inconstante” não *tem* conotações. Quando, portanto, nos deparamos com “lua inconstante,” pegamos adequadamente a oposição verbal, mas ao procurar as conotações relevantes tropeçamos. Como podemos, então, explicá-la? Dados a sintaxe circundante e o tom predominante,

ela claramente faz sentido; temos, portanto, de tentar dar-lhe sentido. Assim, procuramos dentre as propriedades acidentais ou contingentes de pessoas inconstantes em geral, e atribuímos essas propriedades, ou tantas quanto pudermos, à lua. E essas propriedades, pelo menos por enquanto, tornar-se-iam parte do significado de “inconstante,” embora anteriormente elas fossem propriedades apenas daquelas pessoas. Poderíamos, então, dizer que a metáfora transforma uma *propriedade* (efetiva ou atribuída) em um *sentido*. E se, beneficiando-se dessa licença, outros poetas estivessem a procurar outras aplicações metafóricas para “inconstante,” que empregasse as mesmas propriedades e criasse sentidos similares, ou sobrepostos, então esses sentidos poderiam conectar-se muito proximamente à palavra de modo que se fixariam relativamente como conotações dessa palavra. Desse modo, as metáforas não só efetivariam uma conotação potencial, mas a estabeleceriam como um grampo.

É neste ponto que a Teoria da Comparação Objetual faz de fato a sua contribuição. Pois ela está correta em dizer que às vezes ao explicar metáforas temos de considerar as propriedades dos objetos denotados pelo modificador. Mas tais objetos não são referidos para comparação: são referidos de modo que se possa dar um novo status a algumas de suas propriedades relevantes enquanto elementos de significado verbal.

Suponhamos que em um dado momento na história da língua portuguesa tivéssemos disponível tais metáforas como “céu sorridente,” “mar sorridente,” e “jardim sorridente.” O modificador não pode, é claro, significar exatamente a mesma coisa em todos esses contextos, mas tem de haver algum significado em comum. E suponhamos que este significado comum já esteja estabelecido com a conotação de “sorridente.” Quando um poeta pela primeira vez fala de um “sol sorridente,” o que acontecerá? A oposição lógica é clara, de modo que nos voltamos primeiro para a conotação afixada de “sorridente” e aplicamo-la ao sol (como a Teoria Simples da Oposição-verbal diz). Mas não iremos tão longe. Talvez não possamos ir tão longe; talvez apenas não sejamos forçados a ir. Em todo caso, vemos que é uma metáfora, e podemos interpretá-la corretamente, embora não a tomamos como *criando* significado do mesmo modo como as metáforas da Classe II. Isso é simplesmente tomar emprestado o seu sentido, baseando-se no que já está estabelecido e disponível.

A Teoria Revisada pode muito bem ser ilustrada por meio de uma metáfora bastante interessante à qual tomei emprestada de Paul Henle. Em um de seus trabalhos religiosos, Jeremy Taylor disse que “Casamentos castos são honráveis e agradam a Deus,” que a viuvez pode ser “amável e graciosa quando é adornada com gravidade e pureza,” porém que “a virgindade é uma vida de anjos, o esmalte da alma...”²¹ Este não foi o primeiro uso

21 - *Of Holy Living*, Ch. II, sec. 3, in *Works*, ed. C.P. Eden, Vol. III, London 1847, p. 56.

Mr. Henle usou este exemplo em seu artigo apresentado no simpósio.

metafórico de “esmalte;” aprendemos no *NED* que Donne, em 1631, já teria usado a expressão “esmaltado com essa bela Doutrina das boas Obras,” e que Evelyn, em 1670, teria usado a expressão “esmalte seus caracteres.” Além disso, o próprio Taylor, na dedicatória de seus *Sermões*, falou “daquelas verdades que são o esmalte e a beleza de nossas igrejas.” Talvez tais usos já tenham estabelecido algumas das propriedades do esmalte como conotações fixadas da palavra; talvez não. Teríamos de saber isso a fim de saber o quão exatamente estava na Classe II a metáfora “o esmalte da alma” no contexto do *Of Holy Living* de Taylor. Mas da nossa própria época podemos fazer um julgamento mais seguro. O esmalte é rígido, resistente a colisão e a arranhões, é aplicado com labor e perícia, e é decorativo. Eu pensaria que algumas dessas características não são completamente estabelecidas como conotações reconhecidas da palavra. Contudo, falar da virgindade como o esmalte da alma é dizer seguramente (como o Sr. Henle mostrou) que ela é uma proteção para a alma, e que é o toque final de adereço sobre o que já está bem-feito. Assim, essa metáfora não introduz simplesmente conotações latentes no primeiro plano do significado, mas traz à cena algumas propriedades que não eram anteriormente significadas por ela.

Parece-me provavelmente que temos de distinguir pelo menos três estágios nessa metamorfose do significado verbal, muito embora o ponto de transição não esteja claramente destacados. No primeiro estágio temos uma palavra e as propriedades que não fazem parte definitivamente da intensão dessa palavra. Algumas dessas propriedades são elegíveis a se tornarem parte da intensão, a juntar-se ao âmbito da conotação. A fim de serem elegíveis, elas têm de ser propriedades (efetivas ou imputadas) claramente comuns, propriedades típicas – não só no sentido estatístico, mas presente normalmente ou caracteristicamente nos objetos denotados pela palavra. Desse modo, suponha, por exemplo, que alguém diga que a brancura pudesse se tornar uma conotação de “esmalte.” Isto poderia acontecer, penso eu, se a maioria ou todos os esmaltes fossem brancos, ou se os esmaltes fossem geralmente brancos exceto quando afetados por condições externas, ou se o melhor esmalte fosse branco, ou se as coisas mais brancas dentre as coisas brancas fossem esmaltadas.

Quando a palavra começa a ser usada metaforicamente em um determinado tipo de contexto, o que antes era apenas uma propriedade torna-se, pelo menos temporariamente, um significado. E uma familiaridade ampla com essa metáfora, ou metáforas similares, pode fixar a propriedade como uma parte estabelecida do significado. Ela não é, ainda, uma condição necessária a ser aplicada na palavra, nesse segundo estágio. Ainda que “árvore” conotasse altura, não há contradição em dizer que uma árvore é baixa ou atrofiada. Entretanto, se alguém dissesse que sua árvore é uma árvore “no sentido pleno” (compare com “Ele é em todos os sentidos um homem,”) penso que estaríamos justificados em considerá-lo como dizendo, dentre outras coisas, que ela atingiu uma boa altura, ao menos para sua espécie.

Quando uma conotação se torna tão padronizada para certos tipos de contexto, ela pode ser adquirir um novo status, no qual ela se torna uma condição necessária para ser aplicada à palavra nesse contexto. Ela então passa a constituir um novo sentido padrão. Esse terceiro estágio é ilustrado por meio de metáfora morta: “rabo”, usada em relação a luzes de automóveis, atualmente nada tem a ver com rabos de animais, e o seu significado pode ser aprendido por alguém que nunca ouviu que animais têm rabos. Certamente que nem todas as conotações passam por esse estágio, mas algumas sempre o farão.

Talvez alguma parte dessa história possa ser descoberta em palavras como “caloroso” e “duro” que são tiradas do campo sensorial e aplicadas à personalidade humana – como acontece aparentemente em muitas línguas.²² Penso que a primeira aplicação de “caloroso” a uma pessoa transformou algumas propriedades acidentais de coisas quentes em parte de um novo significado da palavra, embora agora pensemos facilmente nessas propriedades como conotações de “caloroso” – por exemplo, afável, aprazível no contato, acolhedor. Essas qualidades eram parte do âmbito de conotação potencial de “caloroso” mesmo antes delas terem sido observadas em objetos quentes, o que pode não ter ocorrido até terem sido notadas nas pessoas e até que alguém, pensando numa palavra que descrevesse metaforicamente essas pessoas, tivesse encontrado “caloroso.” Mas antes que essas qualidades pudessem vir a pertencer à conotação fixada de “caloroso,” foi preciso descobrir aquilo que elas poderiam *significar* na palavra quando usada em uma metáfora apropriada. Finalmente, apesar disso ainda não ter acontecido, “pessoa calorosa” pode vir a perder sua característica metafórica com a conotação presente de “caloroso,” transformando-se em uma nova designação. Ela, então, passaria a ser uma metáfora morta.

Se a Teoria Revisada da Oposição Verbal estiver correta, ela daria conta de muita coisa. Ela faz melhor do que a teoria simples ao explicar a notável extensão a qual a metáfora pode expandir nosso repertório verbal além dos recursos da linguagem literal.²³ Ela permite

22 - Estas metáforas de personalidade têm sido investigadas de modo bastante interessante por Solomon E. Asch, "On The Use of Metaphor in the Description of Persons," in H. Werner, ed., *On Expressive Language*, Worcester: Clark University Press, 1955, e "The Metaphor: A Psychological Inquiry," in R. Tagiuri and L. Petrullo, eds., *Person Perception and Interpersonal Behavior*, Stanford: Stanford University Press, 1958. Veja também Roger Brown, *Words and Things*, Glencoe, III.: Free Press, 1958, pp. 145 – 54.

23 - Este é o modo como interpreto o poema de Wallace Stevens, "The Motive for Metaphor" (*Collected Poems*, New York: Knopf, 1955, p. 286): metáfora nos permite descrever, estabelecer e preservar, as sutilezas da experiência e altera ("a metade das cores de um quarto de coisas" na primavera), ao passo que as palavras em suas designações padrões no dicionário possam apenas lidar com

A influência das cores primárias do meio dia,
 O A B C de ser,
 O temperamento ruborizado, o martelo
 De vermelho e azul...

novidade, mudança de significado, e mesmo mudança radical. Ela admite a imprevisibilidade da metáfora, as idéias surpreendentes que possam surgir mesmo devido a justaposições casuais das palavras. Ela mostra que uma metáfora pode ser objetivamente explicada, pois as propriedades das coisas e as conotações das palavras são publicamente detectáveis, e as controvérsias sobre ela são em princípio solucionáveis. Ela também explica a relativa obscuridade, ou confusão momentânea da metáfora da Classe II, que pode levar tempo para ser entendida completamente.

V

Parece-me que, em sua forma revisada, a Teoria da Oposição Verbal pode percorrer um longo caminho em direção a uma explicação satisfatória da metáfora – se ela puder ser defendida contra duas possíveis linhas de objeções que são sugeridas por desenvolvimentos recentes.

A primeira objeção pode ser levantada por aqueles que estão comprometidos como uma teoria extensionalista do significado como oposta a uma teoria intensionalista. A Teoria da Oposição Verbal não pode ser formulada sem que se fale de propriedades (isto é, qualidades e relações) que são incompatíveis umas com as outras, mas o extensionalista não acredita que há tais coisas como propriedades. Não poderíamos, poderia ele perguntar, passar sem o conceito de incompatibilidade e tratar as metáforas simplesmente como um caso especial de enunciados materialmente *falsos*? É claro que há uma diferença entre dizer que alguém é careca quando não é, e dizer que é um leão quando não é. Mas talvez a diferença seja simplesmente que a última é mais surpreendente, mais evidente e certamente mais reconhecida como falsa. Vemos como o falante pode cometer um erro acerca da calvície, mas não vemos como ele poderia confundir um homem com um leão, e por isso é a clara improbabilidade da última observação (à luz do conhecimento comum) que nos faz rejeitá-la literalmente e tomá-la metaforicamente – ao invés de qualquer oposição interna do significado.

Poderíamos construir um argumento a favor dessa Teoria da Improbabilidade da metáfora, e podemos ainda sustentá-la por meio de exemplos de certos casos de metáforas degeneradas que poderiam ser analisadas dessa forma. Por exemplo, o piadista diz, “Eu estive na Filadélfia uma vez, mas ela estava fechada.”²⁴ Isso é realmente auto-contraditório? Parece-me completamente correto dizer que novas metáforas alargam nossos recursos lingüístico, ainda que elas não “expandam o significado” no sentido estrito objetado por J. Szrednicki, “On Metaphor,” *The Philosophical Quarterly*, X (July 1960): pp. 228 – 37.

24 - Outros exemplos teriam sido dados por Kenneth Burke, “Semantic and Poetic Meaning,” in *The Philosophy of Literary Form*, Baton Rouge: Louisiana University Press, 1941, p. 144 - “A cidade de Nova Iorque está em Iowa” pode significar que a influência de Nova Iorque se estende, como suas vias férreas, até o oeste.

É verdade que a palavra “fechado” é normal, e muito apropriadamente, aplicada a empreendimentos individuais, como lojas e museus, que possuem portas que podem ser fechadas e trancadas. Mas talvez sem estender demais o termo, uma cidade inteira também poderia ser literalmente fechada. Suponhamos que assim é. Nesse caso, o efeito metafórico peculiar – a difamação da vitalidade da vida noturna da Filadélfia – tem de depender da nossa rejeição do enunciado como falso como fora de mão, pois ele é absurdamente improvável. Ainda que se conceda que essa manobra verbal ocorra, ela não cobre todos os casos. No extremo oposto está oximoro. Um crítico no *Reporter* há um tempo atrás descreveu as figuras literárias do Movimento Beat como “escritores que não escrevem o que escrevem.” Isso não é apenas improvável. E me parece que as metáforas, em sua maioria, têm alguma coisa dessa auto-controvérsia embutida, completamente distinguível da piada da Filadélfia. Certamente deve haver casos de fronteira, em que há uma possibilidade não tão remota de o modificador ser considerado de uma maneira que literalmente será aplicado ao sujeito: por exemplo, a expressão “recozido pelo gelo” em *A Tempestade* de Shakespeare (I.ii,256), onde “recozido” poderia significar “castigado,” e assim a expressão completa poderia ter sido literal na época de Shakespeare.²⁵

A segunda objeção à Teoria da Oposição-verbal poderia ser posta deste modo: ainda que haja propriedades que sejam opostas, elas não serão, em linguagem comum, fixadas na designação dos termos gerais de modo que ocorram contradições nítidas e claras. Aceitase que “irmão” e “irmão do sexo masculino” possam ser praticamente sinônimos perfeitos no tocante a seus significados centrais (ignorando suas conotações), e, por isso, “irmão do sexo feminino” é internamente contraditório – apesar de não ser bem uma metáfora, é claro. Mas a tese é que para grande parte das palavras que interessam, as regras não são bem definidas, e por isso quando essas palavras são usadas metaforicamente não pode ser porque detectamos uma incompatibilidade de significado no nível da designação.

O Professor Michael Scriven²⁶ argumentou que a palavra “limão” não tem, na verdade, quaisquer propriedades definidoras no sentido tradicional – isto é, propriedades que *teriam de* estar presentes no caso da palavra estar sendo corretamente aplicada a um objeto. Ele cita a definição do dicionário Webster, “a fruta ácida de uma árvore (*citrus limonia*), da mesma família da laranja,” e isso não parece dar as condições necessárias para algo ser um limão, já que não seria uma contradição dizer que um limão cresceu de uma bananeira, ou de nenhuma árvore. Scriven, porém, vai adiante, e afirma que não há uma única propriedade

25 - Veja o interessante artigo de Allan Gilbert, “Shakespeare Amazing Words,” *Kenyon Review*, XI (Summer 1949): 484 – 88, e Andrew Schiller, “Shakespeare’s Amazing Words,” *Kenyon Review*, XI (Winter 1949): pp. 43 – 49.

26 - “Definitions, Explanations, and Theories,” in Herbert Feigl, Michael Scriven, and Grover Maxwell, eds., *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Vol.II: *Concepts, Theories, and the Mind-Body Problem*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1958, pp.105 – 7.

de limões que seja individualmente necessária, embora muitas outras estejam presentes. Ele também sustenta que o mesmo vale para muitos termos gerais de uso comum. Eles designam aquilo que ele chama de “conceitos agregativos,” e que embora tenha “critérios” de aplicação, não têm condições necessárias.

Essa importante idéia, caso possa ser sustentada, exigiria alguma reformulação na Teoria da Oposição Verbal que apresentei anteriormente. Isso não destruiria a teoria por pressupor que se a teoria é verdadeira, então a palavra “limão” não pode ser usada metaforicamente – como evidentemente pode. Scriven fala do significado literal como tendo “uma fronteira móvel para além da qual apenas o mau uso e metáfora se encontram.”²⁷ Se “limão” não tem condições necessárias, então não pode ser posta em um contexto verbal em que alguma condição necessária é logicamente excluída, embora possa ser posta em um contexto no qual muitos de seus critérios são excluídos de modo que não pode ser literalmente aplicada – como quando um carro usado vem a ser um limão.

Não estou convencido de que “limão” e outras palavras comuns *não* possuam condições necessárias, e o Sr. Scriven, presentemente, sustenta sua primeira posição somente em uma forma modificada. Penso, por exemplo, que ter certa textura orgânica – ao invés de ser feito de madeira ou cera – seria uma condição necessária para algo ser um limão. Seguramente, ser um objeto material é uma condição necessária – um “limão espiritual” ou não seria literalmente um limão ou não seria literalmente espiritual. As questões envolvidas aqui são sutis, bastante sutis para a ocasião. Por exemplo, se de repente eu estivesse com um objeto que cresceu exatamente como um limão, porém com seis palmos de diâmetro, suponho que eu poderia ser persuadido a chamá-lo de um “limão” gigante – na verdade, não me convenci disso. Isso mostra que neste momento uso a propriedade de ser pequeno apenas como um “critério”, mas não como uma propriedade definidora, de limão? Talvez sim – no entanto, se alguém diz que um objeto é um limão *sem* incluir qualquer comentário sobre seu tamanho incomum, estou justificado, penso, em deduzir que ele é pequeno. Talvez pudéssemos seguir uma sugestão do finado Arthur Pap²⁸ e outros que tenham discutido a “textura aberta”²⁹ de termos empíricos, e ponderar o critério como mais ou como menos exigido: distinguindo “graus de significado.” Poderíamos, então, identificar um modificador metafórico como uma expressão colocada em um contexto no qual uma de suas condições mais rigorosamente necessária é excluída. Ainda que o tamanho pequeno não seja uma propriedade indispensável de limões, ela pode ser bastante central, e nesse caso um contexto que fosse oposto a essa propriedade seria o

27 - *Ibid.*, p.119.

28 - *Semantics and Necessary Truth*, New Haven: Yale University Press, 1958, p. 327.

29 - Friedrich Waismann, “Verifiability,” *Proceedings of Aristotelian Society*, Supplementary Vol. XIX, London, 1945, pp. 119 – 50. Cf. Georg Henrik Von Wright, *A Treatise on Induction and Probability*, London: Routledge and Kegan Paul, 1951, ch. 6, §2, and Pap, *op. cit.*, chs. 5, 11.

bastante para conduzir a palavra a um estado metafórico.

Deixo em aberto a questão, dando-me por satisfeito no momento caso tenha mostrado que a Teoria da Oposição Verbal não só explica muito bem diversas características reconhecidas das metáforas, como também não faz suposições que uma filosofia da linguagem sólida estaria relutante em aceitar.